# LAGOAS MARGINAIS DO ALTO CURSO DO RIO SÃO FRANCISCO: CONTRIBUIÇÕES PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ATUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA SUAS CONSERVAÇÕES.

Área de Conhecimento:	Ciências humanas / Geografia
Campus:	Ouro Preto
Departamento ou Unidade	Coordenadoria de Geografia
Orientador (a):	Diego Alves de Oliveira, Elizêne Veloso Ribeiro e Simone Fonseca Alves
Bolsista:	Mariane Luiza Amorim Rossi
Modalidade de bolsa:	PIBIC Jr.
Fonte de Financiamento da Bolsa:	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação - PRPPG
Data de Início:	01/07/2020
Data de Conclusão:	30/06/2021

Mariane Luiza Amorim Rossi <sup>1</sup>; Simone Fonseca Alves <sup>2</sup>; Elizêne Veloso Ribeiro <sup>3</sup>; Diego Alves de Oliveira <sup>4</sup>:

- 1 Mariane Luiza Amorim Rossi, Bolsista (IFMG), Mineração, IFMG Campus Ouro Preto, Ouro Preto MG; estudosdemariane@gmail.com
- 2 Simone Fonseca Alves: Pesquisador do IFMG, Campus Ouro Preto; simone.alves@ifmg.edu.br
- 3 Elizêne Veloso Ribeiro: Pesquisador do IFMG, Campus Ouro Preto; elizene.ribeiro@ifmg.edu.br
- 4 Diego Alves de Oliveira: Pesquisador do IFMG, Campus Ouro Preto; diego.oliveira@ifmg.edu.br

## Resumo

De acordo a European Environment Agency (EEA) (2021), qualidade ambiental referese às características e às propriedades do meio ambiente que afetam os seres humanos. Sendo elas generalizadas ou locais, são diversas, como a pureza ou poluição do ar, da água, do sonoro e do visual, os quais potencialmente causam consequências positivas ou negativas na saúde física e/ou mental daqueles ao redor. A água é um recurso natural indeclinável, pois fornece diversos serviços essenciais para o consumo, para o saneamento básico, para o lazer e entre outros. Neste sentido, as áreas úmidas ou AUs são ecossistemas que prestam serviços ambientais como água em quantidade e qualidade para o abastecimento humano ao serem permanentemente ou temporariamente inundadas ou através do armazenamento em subsuperfície. No Brasil, sua recarga ocorre principalmente durante as cheias, onde a vegetação promove também a retenção de sedimentos, assegurando também, a diversidade da flora e da fauna, e ainda favorecem a mitigação da mudança climática ao armazenarem carbono orgânico. Apesar de serem indispensáveis para o meio ambiente e para influenciarem positivamente a qualidade ambiental, são o ecossistema mais destruído mundialmente. Assim, este trabalho tem o objetivo de difundir a importância da conservação e divulgação das áreas úmidas do alto curso do rio São Francisco e sua correlação com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2015), por meio da análise de políticas e ações praticadas pelos municípios localizados no entorno. Parte dos dados foram obtidos pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais realizada pelo IBGE (2017). Os resultados indicam que esses munícipios carecem de recursos e capacitação para garantir que essas zonas úmidas sejam protegidas, evitando impactos ambientais como a sua destruição. Contudo, muitas gestões, mesmo possuindo recursos e incentivo, não apresentam planejamento e gestão para proteção ambiental, como resultado, suas AU estão desprotegidas e os tomadores de decisão e a população estão desprevenidos para lidar com possíveis problemas ambientais

**Palavras-Chave:** áreas úmidas; bacia hidrográfica do rio São Francisco; 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; lagoas marginais.

## INTRODUÇÃO

Segundo a CBHSF (2019), a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco assegura grande diversidade ambiental, visto que contempla fragmentos de diferentes biomas, como a Floresta Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, os costeiros e os insulares. Além disso, o rio São Francisco também constitui a base para o suprimento de energia elétrica na região Nordeste do país, é essencial para a sobrevivência de várias famílias, seja na forma de consumo, de manutenção financeira e de integralização da cultura de populações tradicionais, como a ribeirinha, na qual dependem significativamente da agropecuária e da pesca tradicionais; e, ainda, suas águas são usadas para irrigação. Desta forma, é possível afirmar que a bacia do Rio São Francisco promove positivamente qualidade ambiental para a população.

De acordo a Agência European Environment Agency (EEA) (2021), qualidade ambiental refere-se às características e às propriedades do meio ambiente que afetam os seres humanos. Sendo elas generalizadas ou locais, são diversas, como a pureza ou poluição do ar, da água, do sonoro e do visual, os quais potencialmente causam consequências positivas ou negativas na saúde física e/ou mental daqueles ao redor. Desta forma, ao afirmar que um meio ambiente saudável corresponde à uma população saudável, uma vez que é onde tudo e todos estão inseridos, é importante pensar que preservá-lo é uma forma de garantir para a presente e para as futuras gerações uma qualidade de vida digna e de desenvolvimento constante (BARBIERI, 2020).

Como aludido, a água potável é um recurso natural indispensável. Tê-la em quantidade e qualidade é essencial para a difusão da qualidade de vida, pois, é usada para o consumo humano e animal, para a produção de alimento, para o lazer, para o acesso ao saneamento básico, para a geração de energia, para a conservação da flora e fauna (biodiversidade) nos sistemas terrestre e aquáticos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014). Portanto, recursos hídricos são de extrema importância para a manutenção do meio ambiente.

Nesse viés, destaca-se a discussão para a preservação das áreas úmidas. Elas são ecossistemas complexos que armazenam água durante os períodos de cheia e gradualmente contribuem com a recarga de cursos d'água durante a estação seca, e, ainda, com a retenção de sedimentos e limpeza de poluentes dos recursos hídricos (CUNHA; PIEDADE; JUNK, 2015). Assim, ao preservá-las, é uma forma de garantir água limpa em quantidade e qualidade no futuro (OLIVEIRA, 2020).

As áreas úmidas da bacia do rio São Francisco são pequenas em extensão e dimensão, porém, são numerosas. Além de exercerem os serviços supracitados, o sistema de lagoas marginais é um ambiente para reprodução de ictiofauna e para as aves, e para a deposição de matéria orgânica. Deste modo, é imprescindível a importância de protegê-las.

Contudo, não somente as zonas úmidas do rio São Francisco, mas as do país, são consideradas sem valor social, econômico e cultural por apresentarem carências em estudos e pesquisas de suas características, diferente das AUs de nível de água relativamente estável, que são mais frequentes em áreas temperadas e que têm sua dinâmica mais conhecida (CUNHA; PIEDADE; JUNK, 2015). Com isso, ainda há uma grande lacuna sobre o conhecimento e classificação das AU continentais de ambiente tropical úmido e semiárido.

Nessa perspectiva, sem políticas públicas que promovam a sua preservação, as AUs nacionais ficam sujeitas a sofrerem os impactos ambientais negativos propiciados pelas ações antrópicas, como a contaminação pelo descarte de forma direta ou indireta de efluentes domésticos; a do solo pelo uso agrário, visto que a água proveniente da chuva pode escoar pelos asfaltamentos até um corpo hídrico ou pode se infiltrar no solo, principalmente quando a terra carece em cobertura vegetal (COSTA; FERREIRA, 2015).

Ou seja, a ausência dos serviços sobreditos e outros ofertados pelas AUs, como a estocagem carbono, amenizando a mudança climática; a possibilidade da prática de ecoturismo; o fornecimento de produtos madeireiros e não madeireiros (fibras, plantas medicinais, frutas etc.) (CUNHA; PIEDADE; JUNK, 2015); e a fabricação de produtos agropecuários; (BORBA, 2019), comprometeriam a estabilidade dos recursos hídricos, inviabilizando para o consumo humano e também à evolução econômica e social. Isso acarretaria ao regresso nos padrões de vida e não ao desenvolvimento da qualidade ambiental. Uma vez que, o meio ambiente é onde tudo e todos estão inseridos, um meio ambiente enfermo remete a uma população enferma (BARBIERI, 2020).

Desta forma, este trabalho tem como objetivo difundir a importância da preservação das AU do alto curso do rio São Francisco e sua correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consequentemente com a qualidade ambiental, por meio da análise de políticas e ações dos municípios onde as lagoas marginais estão localizadas, segundo a pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC do IBGE (2017).

Os 17 ODS foram sancionados pela Organização das Nações Unidas, a fim de conseguirem cumprir as suas 169 metas da Agenda de 2030, que propõe uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil (PNUD, 2015). Os ODS foram criados com a necessidade de continuar o trabalho iniciado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Como resultado, esperam conseguir erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. E as AU ao armazenarem água durante a cheias, com a gradual e lenta devolução para os rios, filtrarem a água ao reter sedimentos, serem habitats para várias espécies de plantas e animais, estocarem carbono, serem moradias de populações tradicionais e ainda empregarem cerca de 1 bilhão de cidadãos, podem contribuir para o alcance das metas e para a melhoria da qualidade ambiental (BORBA, 2019).

#### 2. Metodologia

## 2.1 Descrição da área de estudo

Os municípios, em que as lagoas marginais estão localizadas são apresentados na figura 1, compondo um total de 18 entre as regiões Centro-Oeste e Central do estado de Minas Gerais. A área integra o alto curso da bacia do rio São Francisco, na qual o rio nasce na Serra da Canastra e estende-se até a cidade de Pirapora, no centro-norte de Minas Gerais (CBHSF, 2019). Essa região, do alto São Francisco, compõe uma área de 111.804 km², do total de 639.219 km² de toda a Bacia (CBHSF, 2019).

Este trabalho foi desenvolvido a partir da revisão bibliográfica da temática das AU e dos 17 ODS, no Brasil e no mundo. Também, foram coletados, selecionados e sumarizados dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre os temas "Meio Ambientes" e "Gestão de Riscos e Resposta a Desastres". Sendo os dados ordenados no software Excel 2016 para cada município onde existem as lagoas marginais.

Com o propósito de verificar, quais ações e políticas os municípios do alto curso do rio São Francisco estão promovendo para garantir preservação de suas AU, foram analisadas as variáveis: apresenta órgão gestor do meio ambiente; recursos humanos na área do meio ambiente por vínculo e capacitação; conselho e fundo municipal de meio ambiente; parcerias para a realização ou manutenção de ações na área do meio ambiente; legislação ou instrumento de gestão ambiental; plano de gestão integrada de resíduos sólidos; programas em parceria com o governo federal; pagamento de serviços ambientais e impacto ambiental e/ou processo/ação que resulte em impacto no ambiente; e se também possuem gestão de riscos e resposta a desastres como seca; alagamentos e processo erosivo; enchente ou inundação gradual; enxurrada ou inundação brusca; escorregamento ou deslizamento de encosta e gerenciamento de riscos.

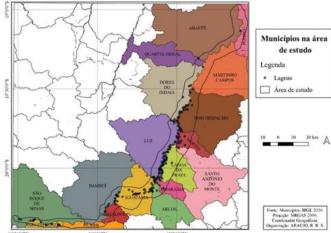


Figura 1: Munícipios na área de estudo.

Fonte: Os autores (2021).

### 3. Resultados e Discussão

## 3.1 Importância das AU para os ODS

Os 17 ODS, sancionados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), são metas para ajudarem os países membros cumprirem a Agenda de 2030 (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2015). Ela visa a erradicação da pobreza ao promover uma vida digna para todos, respeitando os limites do planeta. Os ODS podem ser agrupados, ou relacionados em categorias, ou dimensões da sustentabilidade, como na forma de uma pirâmide: Os objetivos 8°, 13°, 14° e 15° estão relacionados com a biosfera (voltado para a proteção ambiental), sociedade (garantir que todos tenham acesso a uma vida digna), economia (o desenvolvimento é um direito de todo cidadão, juntamente como sustentá-lo) e no topo da pirâmide: O 17° objetivo (fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, como pode ser visto na figura 2.

A agenda 2030 e os ODS respondem aos grandes desafios da sociedade global para o século XXI e materializa o planejamento de ações na busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

É essencial englobar a biosfera ao abordar sustentabilidade, pois é no meio ambiente em que todos estão inseridos. E, ainda, nele são extraídos os recursos que são necessários para a manutenção da sociedade. Garantir que gerações futuras também poderão desfrutar desses recursos é uma forma de promover a vida humana digna, considerando e preservando os ecossistemas. Ou seja, o desenvolvimento sustentável não propaga o não crescimento econômico, mas sim um desenvolvimento econômico em que o meio ambiente não seja degradado. Uma vez que, o local em que está inserido (meio ambiente) influencia na saúde da população, no seu desenvolvimento e para as futuras gerações.



**Figura 2 –** Dimensões de agrupamento dos 17 ODS. Fonte: Plataforma AGENDA 2030 (2015).

Como já citado, as AU são ecossistemas que oferecem serviços ambientais. Por serem consideradas também como ecossistemas, que são conjuntos dos fatores abióticos – elementos físicos e químicos em um habitat de populações, que são os fatores bióticos. A proteção dos elementos que formam a biosfera contribui também para a proteção das AU. E por prestarem vários serviços ambientais para a sociedade a sua preservação é crucial para que a sociedade alcance as metas da Agenda de 2030. Por isso, é necessário e muito oportuno correlacionar a necessidade de conservação das AU com os ODS principalmente para os objetivos vinculados à dimensão da sustentabilidade dos recursos naturais da biosfera.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve o decrescimento da taxa de mortalidade e melhoria dos processos sanitários e da relativa nos padrões de vida, o que resultou no crescimento populacional (GOMES; SOARES, 2004). Com esse crescimento populacional, há uma maior preocupação com o meio ambiente, uma vez que é um crescimento rápido e sem planejamento adequado, o que contribui para deterioração do espaço urbano (GOMES; SOARES, 2004).

Desta forma, a qualidade ambiental, especificamente urbana, é prejudicada com a elevada densidade demográfica, a concentração de áreas construídas, a pavimentação asfáltica do solo (GOMES; SOARES, 2004), o que pode acarretar alterações no clima. Além disso, a forma em que há a ocupação gradual é dependente do relevo da região. Assim, se não houver planejamento da distribuição da população, pensando no local que estão inseridos, pode gerar

gera desconforto ambiental, tanto em nível térmico, acústico, visual ou de circulação (GOMES; SOARES, 2004). É mais uma prova que a preservação das zonas úmidas é essencial para melhor qualidade ambiental, e, consequentemente, desenvolvimento da população.

Para isso, foram consultados em vários bancos de dados as interações que se fazem possíveis entre as AU e os ODS, como pode ser verificado na figura 3. A seguir estão as propostas específicas de interação entre os objetivos 8°, 13°, 14° e 15° e, consequentemente, às AU:

- a) 08 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO: As AU fornecem vários serviços para a população, tais como: água para a agricultura irrigada, pesca, turismos e lazer, tratamento de água e meios de subsistência tradicionais (plantas medicinais, tinturas, frutas, entre outros). Sendo que essas operações empregam mais de 1 bilhão de pessoas (BORBA, 2019).
- b) 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA: As AU atuam como reservatórios de elementos dos gases do efeito estufa, principalmente o carbono, chegando a absorver 30% das emissões terrestres (CUNHA; PIEDADE; JUNK, 2015).
- c) 14 VIDA NA ÁGUA: Segundo a Convenção de Ramsar (1971), 40% das espécies vegetais e animais se reproduzem nas AU.
- d) 15 VIDA TERRESTRE: No Brasil, as aves limícolas, ao migrarem, frequentam AU que constituem importante habitat para o seu abastecimento energético e realização das mudas (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIADE, 2018).

Contudo, é necessário ressaltar que a discussão do tema da sustentabilidade no século XXI exige uma abordagem e diálogo entre a biosfera, sociedade, economia e Estado, representado pelas suas pessoas políticas como União, Estados e Municípios. Assim, todos os governantes e líderes políticos dos países-membros têm compromisso em promover uma sociedade mais sustentável. Por isso, são apresentados os resultados da pesquisa da atuação dos munícipios para a conservação das lagoas marginais do alto São Francisco a seguir.

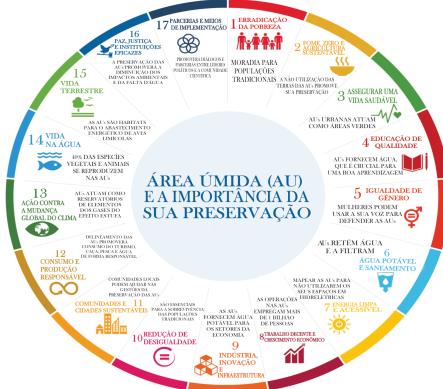
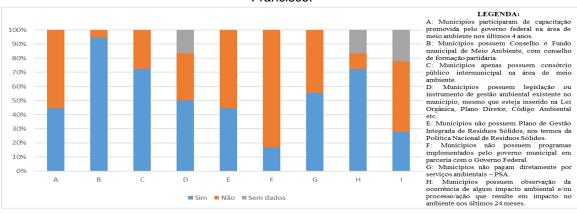


Figura 3: ÁREA ÚMIDA (AU) E A IMPORTÂNCIA DA SUA PRESERVAÇÃO Fonte: Autoria própria

3.2 Políticas e ações municipais voltadas para a gestão das AU no alto curso do rio São Francisco

Figura 4: Políticas e ações municipais voltadas para a gestão das AU no alto curso do rio São Francisco.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

#### 3.3 Discussão

Os municípios da região de estudo de acordo com a seleção e a sumarização dos dados segundo a pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC do IBGE (2017), carecem de preparação/incentivo (principalmente por parte do Governo Federal) para preparação no sentido de prevenir/lidar/minimizar com possíveis impactos ambientais.

Contudo, muitas gestões, mesmo possuindo recursos e incentivo, não apresentam planejamento e gestão para proteção ambiental, como resultado, suas AU estão desprotegidas e os tomadores de decisão e a população estão desprevenidos para lidar com possíveis problemas ambientais, causados por secas, enxurradas, erosões, inundações, enchentes, deslizamentos. Desta forma, como resultado, há perda na conservação da biodiversidade, prejuízo com a mitigação da mudança climática, com os iminentes conflitos por uso dos recursos hídricos, com a estocagem de carbono. Ou seja, as AU presentes nessa região, são essenciais para a preservação do meio ambiente, e para atingir as outras dimensões da sustentabilidade, e importantes para alcançar os ODS da Agenda 2030, principalmente aqueles da biosfera, mas estão desprotegidas.

#### 4. Considerações finais

A pesquisa conseguiu atingir seu principal objetivo: difundir a importância da preservação das AU do alto curso do rio São Francisco e sua correlação com os ODS, por meio da análise de políticas e ações dos municípios onde as lagoas marginais do alto curso do rio São Francisco estão localizadas, segundo a pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC do IBGE (2017).

Conservar as AU é promover uma boa qualidade de vida para todos os indivíduos e o meio em que estão inseridos. Consequentemente, é de extrema importância cumprir os 17 ODS, uma vez que seus propósitos são diretamente voltados a proporcionar vida digna a todos em todos os lugares alcançando todas as dimensões da sustentabilidade.

Portanto foi possível analisar e constatar que os munícipios em que as lagoas marginais do Alto curso do rio São Francisco estão localizadas carecem de recursos, pesquisas, ações, legislação, demarcação e capacitação para garantir que essas zonas úmidas estão sendo protegidas e, como resultado, evitando prováveis impactos ambientais. Pois, ao comprometer a existência dessas AU, estão, também, prejudicando a qualidade de vida e o bem-estar da população atual, do seu desenvolvimento e ainda das futuras gerações.

## 5. Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Minas Gerais pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa "Mapeamento das áreas úmidas do alto curso do rio São Francisco: inventário, análise das lagoas marginais e avaliação da sua contribuição social e ambiental para o desenvolvimento sustentável" aprovado no Edital 87/2019 da Pró Reitoria de Inovação, Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

#### 6. Referências Bibliográficas

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável Das Origens à Agenda 2030. Edição Digital. Petrópolis/RJ. 2020. Editora Vozes.

BORBA, Yuri. **Dia Mundial das Áreas Úmidas**. SER Ambiental. Disponível em: <a href="https://serambientaltingua.wordpress.com/2019/02/02/dia-mundial-das-areas-umidas/">https://serambientaltingua.wordpress.com/2019/02/02/dia-mundial-das-areas-umidas/</a>. Acesso em: 13/02/2021.

CBHSF - O COMITÊ DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A Bacia**. CBHSF. Disponível em: <a href="https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/">https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/</a>>. Acesso em: 16/02/2021.

CBHSF. – COMITÊE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO **A Bacia.** CBHSF. Disponível em: <a href="https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/">https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/</a>>. Acesso em: 06/06/2021.

COSTA, Fernando Barbosa; FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. ANÁLISE DE PARÂMETROS QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS (IQA) NA PORÇÃO MINEIRA DA BACIA DO RIO PARANAÍBA. Disponível em:

<a href="http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/2.pdf">http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/2.pdf</a>>. Acesso em 23/05/2021.

CUNHA, Catia Nunes da Cunha; PIEDADE, Maria Teresa Fernandes; JUNK, Wolfgang J. Classificação e delineamento das áreas úmidas brasileiras e de seus macrohabitats. Cuiabá. EdUFMT, 2015.

EUROPEAN ANVIRONMENTAL AGENCY. **Environmental Quality**. EuropeanEnvironmentAgency. Disponível em: <a href="https://www.eea.europa.eu/help/glossary/eea-glossary/environmental-">https://www.eea.europa.eu/help/glossary/eea-glossary/environmental-</a>

quality#:~:text=Environmental%20quality%20is%20a%20general,(caused%20by%20human%2 0activities)>. Acesso em: 09/05/2021.

MAGALHÃES GOMES. Cecília Siman: JUNIOR. Antônio Pereira. CLASSES HIDROGEOMORFOLÓGICAS DE ÁREAS ÚMIDAS EM MINAS GERAIS. Revista Brasileira de Geomorfologia, 21, 2, 2020. Disponível em: ٧. n. <a href="http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/1794">http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/1794</a>. Acesso em: 03/02/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSCA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC | IBGE**. Ibge.gov.br. Disponível em: <a href="https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=sobre>. Acesso em: 29/01/2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Maçaricos e batuíras migram em direção ao Ártico.** Icmbio.gov.br. Disponível em: <a href="https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9602-macaricos-e-batuiras-migram-em-direcao-ao-">https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9602-macaricos-e-batuiras-migram-em-direcao-ao-

artico#:~:text=Segundo%20a%20coordenadora%2C%20as%20aves,energ%C3%A9tico%20e%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20mudas>. Acesso em: 26/07/2020.

OLIVEIRA, Diego Alves de; RIBEIRO, Elizene Veloso; ALVES, Simone Fonseca; FONSECA, Venilson Luciano Benigno. **Mapeamento das áreas úmidas do alto curso do rio São Francisco: inventário, análise das lagoas marginais e avaliação da sua contribuição social e ambiental para o desenvolvimento sustentável.** IFMG. 2020. Projeto de pesquisa para o edital 87/2019 do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Preto.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Plataforma Agenda 2030. Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil.** Disponível em: <a href="http://www.agenda2030.com.br/">http://www.agenda2030.com.br/</a> >. Acesso em: 01/02/2021.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **As Perguntas Mais Frequentes sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <a href="http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/undp-br-ods-FAQ.pdf">http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/undp-br-ods-FAQ.pdf</a>>. Acesso em: 12/07/2020.

RAMSAR. Ramsar.org. Disponível em: <a href="https://www.ramsar.org/">https://www.ramsar.org/</a>>. Acesso em: 16/02/2021.